

Faxina no câmbio

VICENTE NUNES
E RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu ontem limpar a legislação cambial do país, eliminando uma série de entraves para a negociação de dólares e acabando com os limites de compra e venda da moeda americana por pessoas físicas e jurídicas. O cidadão comum poderá adquiri-la diretamente para remetê-la ao exterior, e não mais poderá usar as contas CC-5 nessa operação. Quanto às empresas, caiu o limite de remessas de US\$ 5 milhões nos investimentos externos.

Por meio de duas resoluções, o CMN unificou os mercados de taxas flutuantes — no qual os turistas negociam a moeda americana —, e o de taxas livres — usado pelos exportadores e importadores. Além disso, estendeu por mais um mês, de seis para sete, o prazo para os empresários permanecerem com os dólares que receberam em suas operações de venda. As medidas, a princípio, não devem provocar grandes mudanças nas cotações diárias do dólar. Mas, por precaução, o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), Alexandre Schwartzman, deixou para fazer o anúncio das medidas no início da noite, quando o mercado financeiro já havia fechado. “Todos terão o final de semana para entender o que mudou”, disse.

A alteração mais importante, dentro do processo de unificação do câmbio, foi o fim das remessas de recursos para o exterior por meio das contas CC-5, criadas no período da ditadura militar para

DIA DE QUEDA

Cotação do dólar comercial (em R\$)



Editoria de Arte/CB

Fonte: CMA e Valor Data

a transferência de dinheiro de não-residentes no país. Até ontem, para realizar tais operações, os interessados tinham de recorrer a bancos no Brasil e no exterior para fazer as remessas. De agora em diante, bastará uma instituição no país para fechar o negócio. O diretor ressaltou que, pelas novas regras, todas as operações serão registradas no sistema do BC, o Sisbacen, mesmo as inferiores a US\$ 10 mil, que estavam liberadas do processo. Na prática, a medida dificultará as tentativas de evasão de divisas.

“O que se está fazendo é dar mais transparência às operações com dólar e reduzir os custos para

as pessoas físicas e para as empresas”, afirmou o economista-chefe da Modal Asset Management, Alexandre Póvoa. “Tais medidas eram mais que esperadas.”

Para os turistas, ainda não está claro se haverá um barateamento do dólar com a unificação dos mercados. Atualmente, eles pagam até 10% mais que os empresários no sistema de taxas livres, já que os bancos alegam custos operacionais maiores para pequenas quantias. Mas há especialistas que acreditam na redução dessa diferença. Tudo vai depender do mercado, pois o volume de dólares negociados no câmbio flutuante é muito pequeno perto

das transações comerciais. “Pode até ser que os turistas tenham algum benefício. O importante é que, com as mudanças cambiais, o Brasil passará a ter um sistema mais próximo dos países desenvolvidos, o que ajudará a reduzir o risco-país”, destacou o economista-chefe da Arbor Gestão de Recursos, Guilherme Fernandes.

Os exportadores pediam ampliação do prazo de 180 para 360 dias na permanência dos dólares no exterior. Com isso teriam mais tempo para esperar o melhor momento de trocá-los e, por tabela, não forçariam tanto os preços para baixo, como está acontecendo agora. O governo deu

um alívio menor, de um mês a mais. Schwartzman admitiu, porém, que o BC não tomará nenhuma medida para evitar a concentração de vendas de dólares pelos exportadores. “Não cremos que essa concentração irá acontecer. A média diária de entrada de dólares, entre US\$ 400 milhões e US\$ 500 milhões, não deverá se alterar”, frisou.

Schwartzman assinalou que, de maneira geral, as medidas divulgadas ontem vão favorecer os exportadores, pois reduzirá a burocracia e simplificará os procedimentos que os empresários têm de seguir para entrar com a moeda estrangeira no país. O BC, no

entanto, exigirá que os exportadores tragam os dólares para o Brasil em 210 dias. “Se eles quiserem trazer em 209 dias (do fechamento da operação), maravilha. Se entrarem com os recursos em 211 dias, estarão sujeitos a multa. E terão de trazer mesmo assim”, afirmou.

Na avaliação do diretor do BC, era urgente a mudança na legislação cambial, uma herança dos anos 30, gerando custos elevados para toda a economia. “Temos uma situação de incerteza, porque algumas operações são transparentes e legais de acordo com algumas regras e tornadas difíceis por outras”, completou Schwartzman.